



Entre negritude e pertencimento: a escrita insurgente de Carolina Maria de Jesus em *Diário de Bitita*

Between Blackness and Belonging: The Insurgent Writing of Carolina Maria de Jesus in Diário de Bitita

Leidiana da Silva Lima Freitas

Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Teresina, Piauí / Brasil

leidianalima@ifpi.edu.br

<http://orcid.org/0000-0002-9568-1974>

Maria Suely de Oliveira Lopes

Universidade Estadual do Piauí, Teresina, Piauí / Brasil

suelylopes152@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-1036-4986>

Resumo: A presença do negro no cenário literário brasileiro vem se tornando mais visível nas últimas décadas. Embora no passado esse protagonismo tenha sido mais tímido, principalmente quando se trata da mulher negra, essa presença hoje é bastante expressiva. Carolina Maria de Jesus, apesar do preconceito e da discriminação, é uma das muitas escritoras afrodescendentes que conseguiu destaque no meio literário. Através de sua escrita, mostrou a situação de pobreza, de miséria e de exclusão que sofreu durante sua vida. Dessa forma, o presente artigo objetiva analisar a obra *Diário de Bitita* (1986), enfocando aspectos como a negritude e o pertencimento. De forma específica, buscou-se entender como a questão racial e a ideia de pertencimento são abordadas na referida obra, além de discutir como Carolina de Jesus lidava com essas questões na sua infância e adolescência. Para tanto, buscou-se como auxílio os aportes teóricos de Cixous (2017), Fanon (2008), Hall (2005), entre outros. Observou-se, através desta análise, que a escrita de Carolina Maria de Jesus é um instrumento utilizado pela escritora para denunciar a situação dos pobres e, principalmente dos negros, diante de uma sociedade dominada por uma concepção eurocêntrica que privilegia os brancos em detrimento dos negros. Diante do preconceito, da discriminação e da exclusão vivenciados por Bitita, muitas vezes ela desejava ter a pele branca para assim poder usufruir dos mesmos direitos de que dispunham os brancos.

Palavras-chave: escrita; negritude; pertencimento; *Diário de Bitita*.

Abstract: The presence of blacks in the Brazilian literary scene has become more visible in recent decades. Although in the past this main role was more timid, especially when it comes to black women, this presence today is quite expressive. Carolina Maria de Jesus, despite of prejudice and discrimination, is one of the many Afro-descendant writers who had achieved prominence in the literary medium. Through her writing, she showed the situation of poverty, misery and exclusion she suffered during her life. Thus, this article aims to analyze the work *Diário de Bitita* (Bitita's Diary, 1986), focusing on aspects such as blackness and belonging. More specifically, we sought to understand how the racial issue and the idea of belonging are addressed in the referred work, in addition to discussing how the author dealt with these issues in her childhood and adolescence. Therefore, support was sought in the theoretical contributions of Cixous (2017), Fanon (2008), Hall (2005), among others. It was observed that Carolina Maria de Jesus uses her writing as an instrument to denounce the situation of poor and, especially of black people, in the face of a society dominated by an Eurocentric conception that privileges whites over blacks. Facing the prejudice, discrimination and exclusion experienced by Bitita, she often wished to have white skin to enjoy the same rights as white people.

Keywords: writing; blackness; belonging; *Diário de Bitita*.

1 Considerações iniciais

A presença do negro no cenário literário brasileiro vem se tornando mais visível nas últimas décadas. Embora a literatura negra tenha vivido um apagamento no passado, principalmente quando se trata da autoria feminina, tendo em vista que a mulher negra se encontra em desvantagem tanto pela raça quanto pelo gênero, essa presença hoje é bastante expressiva. Ademais, o cânone literário, produzido a partir de uma cultura eurocêntrica, marginaliza e exclui a literatura negra por não se enquadrar aos padrões estéticos, linguísticos e formais dos grandes clássicos.

Os estudos culturais e o movimento feminista, muito estudados nas últimas décadas, promoveram uma guinada importante em relação aos olhares sobre a escrita dos negros e das mulheres, possibilitando a abertura de espaços para que esses grupos marginais, que durante muito tempo estiveram afastados do cânone literário, pudessem mostrar a sua escrita. Com efeito, faz-se necessário uma contranarrativa que recupere as memórias e a história silenciada das minorias.

Os resquícios da escravidão no Brasil, associados ao preconceito, deixaram marcas impregnadas nos negros, situação que é ainda mais grave quando se trata da mulher negra, a quem foram negados direitos essenciais. Ser mulher e ser negra em uma sociedade em que o dominante é o homem

branco é uma tarefa árdua. Sobre Carolina de Jesus, além desses fatores, paira um terceiro demarcador social, a pobreza com a qual conviveu durante quase toda a sua vida e da qual tirou inspiração para escrever.

Morando na favela Canindé, apesar de todos os infortúnios, Carolina de Jesus nunca abandonou o sonho de ser escritora. Durante o dia recolhia lixo para sobreviver, sempre curiosa, lia o que encontrava nos restos de papel recolhidos. Durante a noite, escrevia sobre seu cotidiano e sobre os desafios enfrentados para sustentar os filhos. Em 1958 conheceu Audálio Dantas, que tornou possível a publicação do seu primeiro livro, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, com o qual ganhou destaque no cenário literário nos anos de 1960, tornando-se conhecida mundialmente.

Embora o foco da obra de Carolina de Jesus sejam os diários, ela escreveu também poesias, romances, peças teatrais e até mesmo letras de samba. Além do diário supracitado, a escritora publicou ainda *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, em 1961, o romance *Pedaços da Fome*, em 1963, e no mesmo ano lançou também *Provérbios*. Após seu falecimento, foram publicados *Diário de Bitita*, em 1986, *Meu estranho diário* e *Antologia Pessoal*, em 1996, os dois últimos sob a organização de José Carlos Sebe Bom Meihy.

Diário de Bitita, corpus da nossa análise, foi divulgado primeiramente na França em 1982 com o título de *Journal de Bitita*, “[...] apenas em 1986 a Nova Fronteira comprou os direitos de edição e traduziu a obra para o português [...]” com o título atual (MIRANDA, 2013, p. 136). Nesse diário, a escritora rememora fatos de sua infância e de sua adolescência. Essa obra, assim como outras de Carolina de Jesus, trazem temas como o preconceito, a discriminação, o racismo e a pobreza.

É certo que não se pode reduzir as obras de Carolina de Jesus às questões raciais, de gênero ou de classe, mas faz-se necessário alavancar discussões sobre essas questões, tendo em vista que são problemas que permeiam a trajetória da autora. Uma trajetória marcada também pelo inconformismo diante da miséria, do preconceito e do racismo.

Ademais, não se pode analisar a obra da autora supracitada sem trazer à tona a sua condição de mulher negra e pobre. Sua escrita é um testemunho do que viveu. Por meio dos seus escritos, a autora apresenta a sua luta, uma negra, pobre e favelada escrevendo para desafiar todos esses infortúnios. Em *Diário de Bitita* (1986), a escritora aborda esses temas, todavia, a partir do olhar voltado para a sua infância e sua adolescência.

Nos últimos anos, tem se observado uma mudança significativa em relação ao protagonismo negro na literatura brasileira e a questão de autoria negra tem se tornado mais expressiva. Carolina de Jesus é uma das escritoras negras que se destacou no cenário literário e, apesar de já ter conquistado certo reconhecimento, até mesmo no exterior, ainda há muito para se falar e escrever sobre sua vida e sua obra, uma vez que *Quarto de Despejo* (1960) continua sendo seu livro mais conhecido.

Sendo assim, entende-se que é necessário e imprescindível o desenvolvimento de pesquisas que possam colaborar para que outras pessoas tomem conhecimento sobre a produção literária de Carolina Maria de Jesus, mulher pobre, negra, semianalfabeta e favelada, que fez da sua escrita um instrumento de denúncia social, de resistência e de reexistência.

Partindo desses pressupostos, o presente artigo objetiva analisar a obra *Diário de Bitita* (1986), enfocando aspectos como a negritude e o pertencimento. De forma específica, buscou-se entender como a questão racial e a ideia de pertencimento são abordadas na referida obra, além de discutir como Carolina de Jesus lidava com essas questões na sua infância e adolescência. Para tanto, contou-se com o auxílio dos aportes teóricos de Cixous (2017), Fanon (2008), Hall (2005), entre outros que subsidiaram esta pesquisa.

2 Entre negritude e pertencimento: a escrita insurgente de Carolina Maria de Jesus

Mulher, negra, desprovida de recursos, Carolina de Jesus seria mais uma entre as inúmeras vozes silenciadas pela exclusão e pelo preconceito, não fosse a ousadia de se apresentar ao jornalista Audálio Dantas em 1958 e assim romper com as amarras e mostrar-se ao mundo com a publicação de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, em 1960.

Uma escritora pobre, favelada, que estudou somente até o segundo ano do primário, desafiou os padrões estabelecidos por uma sociedade machista e racista, tornando-se conhecida internacionalmente. Conforme Meihy e Levine (2015, p. 30), *Quarto de Despejo* (1960) foi traduzido para 13 línguas e republicado em 40 países, no período de um ano equiparou-se, no quesito vendagem, a Jorge Amado.

Neta de escravo, a autora conviveu com a pobreza, o preconceito e a exclusão. Em *Diário de Bitita* (1986), ao relembrar fatos de sua infância

e adolescência, mostra a difícil situação do negro no Brasil durante e após o regime de escravidão. Apesar da inocência de criança, Bitita observava que os brancos eram privilegiados em detrimento dos negros. Situação que lhe causava angústia e inquietação.

Carolina de Jesus sempre usou sua escritura como uma forma de denunciar a miséria dos pobres, principalmente dos negros pobres. Para mulheres como ela, a escrita era uma necessidade, era “[...] *a própria possibilidade da mudança*, o espaço onde pode se lançar um pensamento subversivo, o movimento precursor de uma transformação das estruturas sociais e culturais” (CIXOUS, 2017, p. 134, grifo da autora).

Carolina de Jesus não escrevia só para mostrar seus infortúnios, escrevia, sobretudo, a respeito do que vivia, do que sentia ou do que a angustiava. Dessa forma, a escrita foi a maneira que ela encontrou de resistir à miséria e à pobreza. Escrevia porque sua escrita era a única arma da qual dispunha para superar suas dificuldades. Quando passou a ganhar algum dinheiro com os seus escritos, entendeu o quão importante era continuar escrevendo para prover o seu sustento e de sua prole.

Para Cixous (2017, p. 129), a mulher precisa escrever sobre a mulher, para outra mulher, precisa trazer “[...] as mulheres à escrita, de onde elas foram tão violentamente distanciadas [...]”. Faz-se urgente que essa escrita seja transgressora, subversiva, insurgente e que, por meio dela, a mulher estabeleça rupturas, ocupando assim “[...] outro lugar diferente daquele que lhe foi reservado, em e pelo símbolo, o silêncio” (CIXOUS, 2017, p. 137). Nesse sentido, a literatura torna-se esse lugar diferente, o instrumento por meio do qual as certezas cristalizadas pelo sistema dominante podem ser questionadas.

Carolina de Jesus, com sua escrita insurgente, colocava em pauta uma realidade brasileira velada, mostrando a face de uma sociedade racista e preconceituosa. Segundo Meihy e Levine (2015, p. 21), a autora foi “[...] uma guerreira valente contra as tropas da herança racista, anti-interiorana, preconceituosa em relação às mulheres e, sobretudo uma pessoa afrontadora da marginalidade e da negligência política”.

Ainda de acordo com os autores mencionados, a trajetória da escritora, uma mulher de cor que lutava por uma vida melhor, não representava apenas uma luta individual, mas a de muitas outras mulheres, que por serem excluídas e discriminadas, tiveram suas vozes silenciadas. Carolina de Jesus

diferenciou-se dessas mulheres por sua ousadia e inconformismo diante de uma sociedade machista e racista.

Em *Diário de Bitita* (1986), ao tratar de fatos de sua infância, a autora traz essa escrita insurgente e questiona a diferenciação entre negros e brancos, bem como a superioridade destes e o tratamento que era imposto aos negros. Em um trecho do diário ora analisado, Bitita se expressa: “Eu notava que os brancos eram mais tranquilos porque já tinham seus meios de vida. E os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes mais difícil” (JESUS, 1986, p. 55).

Munanga, ao escrever sobre essa questão, assevera que

Convencidos de sua superioridade, os europeus tinham *a priori* desprezo pelo mundo negro, apesar das riquezas que dele tiraram. A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas de exploração predispuseram o espírito do europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. Negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. (MUNANGA, 2019, p. 24, grifo do autor).

O branco europeu, crendo em sua superioridade, atribuiu ao negro um papel de inferioridade, de subalternidade. Baseada em preconceitos e na discriminação, a cultura eurocêntrica rotulou o negro de preguiçoso, de primitivo, de ocioso. Através de um discurso dominante, o homem branco segrega o negro, colocando-o às margens da sociedade, em silêncio, numa posição de submissão.

Bitita era uma criança e não entendia por que os brancos eram considerados superiores, nem por que os negros sofriam tanto. Para justificar as ações que praticavam e a ‘superioridade’ em relação aos negros, os senhores brancos faziam os negros acreditarem que tinham sido amaldiçoados pelo profeta Cam, sendo assim, “[...] eles haviam de ter a pele negra, e ser escravo dos brancos. A escravidão era como cicatriz na alma do negro” (JESUS, 1986, p. 58-59).

No intuito de legitimar a escravidão e a violência com a qual os negros eram tratados, o europeu utilizou explicações científicas e até mesmo religiosas para justificar essas ações, conforme excerto acima. De acordo com

Munanga (2019, p. 29), a simbologia das cores foi outro artifício utilizado pelos europeus para assegurar sua superioridade. Simbolicamente a cor preta está associada à negatividade, representa uma mancha, a morte, a corrupção. Já a cor branca está relacionada à vida, à paz. Dessa forma, com base nessa ideia a igreja católica passou a associar o preto ao pecado, à maldade, e defendia a escravidão como uma forma de salvá-los dessa maldição.

Na perspectiva de Souza (2017, p. 57), a imagem do negro foi distorcida pelo olhar do colonizador que o induziu a acreditar que era uma raça inferior, sem cultura e sem inteligência, nascido para ser escravo. Levado a crer nessa inferioridade, o negro renegou suas características, seus traços físicos, sua cor de pele, passando a assimilar os valores europeus, incorporando assim o desejo de embranquecimento.

Os problemas vivenciados por Bitita e abordados nesta análise continuam na contemporaneidade. O construto eurocêntrico da negritude reduziu o negro a uma questão de aparência relacionada principalmente à cor da pele. Os traumas oriundos da escravidão permanecem na memória dos descendentes que lutam para fazer uma nova história onde as vozes de baixo possam ecoar. A esse respeito, Sá, Fernandez e Toledo (2019, p. 51, grifo das autoras) defendem que a situação do negro não melhorou após a abolição da escravatura e embora tenham se “[...] passado dois séculos da escravidão, os negros continuam marginalizados, e a referência positiva de indivíduo ‘bem-sucedido’ permanece sendo o homem branco [...]”.

Diante da pressão psicológica imposta pelo colonizador, os negros foram influenciados a assimilar os valores da cultura europeia. Desse modo, com o intuito de ter uma existência igual à dos brancos, os negros queriam assemelhar-se a eles, queriam ser reconhecidos por eles, pois os tinham como referência. Para Munanga (2019, p. 37), o negro desejava assemelhar-se o máximo possível ao branco para reclamar dele o devido reconhecimento de fato e de direito. Bitita sentiu-se orgulhosa quando foi elogiada e reconhecida por um branco. Em uma passagem de seu diário, ela relata que o patrão chamou-a de inteligente, ela escreve: “Que alegria que eu senti. Puxa os brancos comentando que eu sou inteligente! Isto para mim é uma honra. Então eles falavam de mim lá fora” (JESUS, 1986, p. 184).

Nessa perspectiva, de acordo com Butler,

Quando perguntamos o que torna possível o reconhecimento, descobrimos que não pode ser simplesmente o outro capaz de me conhecer e me reconhecer como dotada de um talento ou uma capacidade especial, pois esse outro também terá de se basear em certos critérios, ainda que apenas implicitamente, para estabelecer o que será e não será reconhecível sobre o si-mesmo para todos, um quadro de referência também para me ver e julgar quem sou. (BUTLER, 2015, p. 25).

O reconhecimento surge a partir de quadros de referências em que alguém reconhece o outro com base em critérios preestabelecidos. A sociedade brasileira, como muitas outras que se espelharam na cultura europeia, adotou como padrão de referência o homem branco. Sendo assim, aqueles que não se enquadravam nesse estereótipo eram marginalizados, como os negros que ainda sofrem com a discriminação e o preconceito, frutos de uma herança colonial em que são feitos julgamentos baseados em marcadores fenotípicos.

Para Silva (2012, p. 74), a identidade é formada a partir da diferença, ou seja, quando alguém se identifica como branco, nega o ‘ser negro’, e isso vale como norma. Sendo assim, para a sociedade ser branco é a regra e, desse modo, foi-se criando uma cultura do branqueamento, em que o próprio negro nega a sua identidade e não se aceita como tal. Vale ressaltar que esse embranquecimento não se dava por uma escolha espontânea da pessoa negra, mas em virtude de um processo ideológico que a levava a internalizar a cultura do branco.

Hall (2005, p. 13), ao tratar sobre a identidade, afirma que

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Com base no excerto acima, entende-se que a noção de uma identidade fixa e unificada é uma ideia refutável. Desse modo, é possível ao sujeito assumir diferentes identidades, até mesmo contraditórias, dependendo do

contexto em que está inserido. Essa afirmação parte da ideia de que nas sociedades modernas as mudanças são rápidas e frequentes e, sendo a identidade um construto histórico, o processo de identificação ou a ideia de pertencimento podem ser provisórios, tendo em vista que acompanham o ritmo dessas mudanças.

Na concepção de Gomes (2017, p. 42), para que o sujeito reconheça-se numa identidade, faz-se necessário que ele responda de maneira positiva a uma interpelação e estabeleça “[...] um sentido de pertencimento a um grupo social de referência”. Para a autora, a construção de uma identidade negra positiva é um grande desafio para os negros, uma vez que a sociedade brasileira os ensina que para serem aceitos devem negar a si mesmos.

A partir disso, observa-se que Bitita tinha consciência de que era negra, mas percebia também que o negro passava por muitos sofrimentos e privações, pois o negro é que era preso, o negro é que não podia estudar, se “[...] ocorria um crime ou um roubo, os pretos eram os suspeitos” (JESUS, 1986, p. 92). Todas essas questões levavam-na a perceber que a vida do branco é boa, que o branco é privilegiado, os brancos “[...] eram os donos do Brasil [...]” (JESUS, 1986, p. 56).

Sendo assim, de acordo com Fanon (2008, p. 188), “O negro quer ser como o branco. Para o negro não há senão um destino. E ele é branco. Já faz muito tempo que o negro admitiu a superioridade indiscutível do branco e todos os seus esforços tendem a realizar uma existência branca”. Diante disso, resta ao negro resignar-se a sua posição de *outro* ou tentar embranquecer-se para assemelhar-se aos brancos. A crítica de Fanon recai sobre o fato de que o embranquecimento era visto pelo negro como uma forma de ser aceito e respeitado pelos brancos. Para existir como sujeito, muitos negros abdicavam de suas culturas para adotar uma existência branca, baseada em valores europeus.

Diante das circunstâncias de rejeição e de invisibilidade vivenciadas por Bitita, ela desejava ser branca, “[...] invejava as meninas brancas que usavam vestidos de veludo, linho, organdi, e calçavam os pés com meias de seda” (JESUS, 1986, p. 94-95). A menina, ao reconhecer as garotas brancas como superiores, tentava assemelhar-se a elas, queria ser como elas, circular pelas ruas, graciosa, como faziam as meninas brancas (JESUS, 1986, p. 94-95). A concepção de inferioridade fomentada pelo colonizador produzia uma ideia de que o bom, o bonito, o saudável eram direitos exclusivos dos brancos, o que impulsionava ainda mais a adoção dos elementos da cultura branca.

Além disso, ela queria ter cabelos compridos como as meninas brancas, queria morar em uma casa com telhas. Toda essa situação a entristecia e faziam-na questionar até mesmo Deus: “Fui ficando triste. O mundo há de ser sempre assim: Negro praqui, negro, prali. E Deus gosta mais dos brancos do que dos negros. Os brancos têm casas cobertas com telhas. Se Deus não gosta de nós, por que é que nos fez nascer?” (JESUS, 1986, p. 93).

Na concepção de Nascimento (2003, p. 113), o ideário de embranquecimento está relacionado à dominação que “[...] lança a identidade nacional numa busca permanente do simulacro de brancura [...]”. A cultura do embranquecimento, tanto no Brasil como na América Latina, surgiu no período colonial, a partir da suposição de uma inferioridade atribuída ao negro, bem como de uma cultura voltada para a miscigenação. Segundo a autora, essa cultura era tida “[...] como solução para a eliminação da ‘mancha negra’” (NASCIMENTO, 2003, p. 129).

Corroborando as ideias de Nascimento, Santos (2014, p. 25) afirma que “O desejo de branqueamento atribuído aos negros na verdade foi um projeto politicamente construído pela elite branca no período pós-abolicionista e tinha como objetivo a extinção do segmento negro no Brasil”. Em consequência desse desejo de serem brancos, muitos negros perderam a noção de pertencimento, renegando sua negritude, suas origens e suas crenças e, ao mesmo tempo, reforçando o estereótipo de inferioridade pregado pelos dominantes.

Nessa mesma perspectiva, Lopes assevera que,

[...] os traços físicos que os diferencia da classe dominante acabaram sendo utilizados para validar o olhar discriminatório lançado sobre eles. A imagem passou a ser utilizada como um meio de explicar as opiniões e o modo com que os negros e seus descendentes eram tratados. A cor da pele, o cabelo encaracolado, o nariz achatado são traços físicos que devem dignificar o negro, porém alguns, reprimidos pela sociedade branca, acabam internalizando valores, conceitos diferenciados das suas origens. (LOPES, 2019, p. 51).

Esses traços característicos dos negros, em vez de serem motivo de orgulho, identificação e autoafirmação, são rejeitados. Ademais, a ideologia eurocêntrica, ao reforçar os estereótipos de brancura, cria mecanismos de exclusão e impulsiona o racismo, ao ponto de o próprio negro negar

suas características, desejando, assim, habitar um corpo branco. Nessa mesma direção, Cuti (2010, p. 4) defende que a palavra *negro*, em vários contextos, está associada a significados negativos, sendo também utilizada pelos racistas para demarcar a suposta posição de inferioridade dos negros africanos.

A questão da cor sempre incomodou a garota Bitita. Apesar de ser criança, ela percebia claramente a diferença entre os negros e os brancos. Essa diferença era notada na rua: “Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos. Quando brigavam comigo diziam: – Negrinha! Negrinha fedida” (JESUS, 1968, p. 92). Essa diferença era percebida também no seio da sua família, pois ela se sentia preterida pela mãe: “Não sei se era ciúme, mas eu notava diferenças nos modos da mamãe nos tratar. O meu irmão era o predileto. Eu pensava: ‘Ela trata-o com todo carinho, porque ele é mulato. E eu sou negrinha’” (JESUS, 1986, p. 81, grifo da autora).

Bitita observava as ações do branco em relação aos negros. Em outro trecho do diário ela relata uma situação envolvendo um policial branco e um negro,

O soldado que matou o nortista era branco. O delegado era branco. E eu fiquei com medo dos brancos e olhei a minha pele preta. Por que será que o branco pode matar o preto? Será que Deus deu o mundo para eles? Eu tinha excesso de imaginação, mas não chegava a nenhuma conclusão nos fatos que presenciava. (JESUS, 1986, p. 113).

Apesar de toda imaginação que a infância proporciona às crianças, a menina não conseguia compreender por que o branco podia matar o negro ou por que Deus havia favorecido tanto o homem branco. Diante dessa superioridade, ela sentia medo por ter a pele negra, pois sabia que essa característica a tornava diferente, vulnerável e desprotegida.

Aproveitando-se da inocência de Bitita e do desejo que ela tinha de ser branca e bonita, uma senhora prometeu-lhe comprar vestido novo, além de remédios que deixariam sua pele branca e seu cabelo liso. A pequena aguardava ansiosa o cumprimento da promessa. Ao ver a senhora retornar sem nada, entristeceu-se, mas se conformou, não podia reclamar e nem protestar, visto que, “[...] o protesto ainda não estava aos dispor dos pretos”, era negra e encontrava-se em condição de inferioridade em relação à patroa. Além do mais “Não poderia e não deveria xingá-la, ela era poderosa. Nós dependíamos dela para viver” (JESUS, 1986, p. 134-135).

A situação retratada em *Diário de Bitita* (1986) era e continua sendo a situação de muitos negros no Brasil. A diferenciação baseada na cor da pele continua sendo um dos maiores obstáculos enfrentados pelos negros. Os jornais noticiam frequentemente cenas semelhantes a essas presenciadas e vivenciadas por Bitita na infância. A supremacia do branco colonizador colocou o negro primeiramente na condição de escravo e, mesmo após a abolição da escravidão, a cor da pele continuou sendo um estigma que segrega, exclui e marginaliza o negro, obrigando a maioria deles a viverem em condições de miséria, fome, desemprego e preconceito.

Para Souza (2017, p. 177) “A abolição da escravatura não redimiu os negros da América, do Brasil ou das Américas do preconceito racial e do abandono dos guetos e favelas”. Dessa forma, entende-se que a situação dos negros, na prática, sofreu poucas mudanças, visto que a cor da pele continua sendo um demarcador que gera o preconceito, a discriminação e a exclusão. Ainda de acordo com Souza (2017, p. 133), a discriminação racial é algo difícil de ser combatida, uma vez que ela é velada e o racista se nega como tal, escondendo “[...] seus sentimentos de rejeição em relação ao negro”.

Apesar de serem livres, muitos negros vivem outros tipos de escravidão. Sem emprego e sem moradia, os negros livres são lançados à própria sorte, tendo que viver às margens da sociedade em situações precárias e até mesmo desumanas. Carolina de Jesus traz à tona essa questão em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (JESUS, 2014, p. 22).

O preconceito, a pobreza, a fome, a discriminação racial são as novas formas de escravidão com as quais muitos negros ainda têm que conviver. Os movimentos negros atuam no sentido de reivindicar direitos essenciais que foram e continuam sendo negados aos negros, além de buscar a afirmação da negritude, a fim de que o negro reconheça-se e se aceite como tal. Nesse sentido, Munanga (2019) defende a necessidade de uma ruptura em relação à situação do negro. Para tanto, os valores do branco devem ser abandonados para que o negro possa reconquistar a si mesmo. Desse modo,

Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano ‘normal’. (MUNANGA, 2019, p. 43).

Com uma escrita singular e insurgente, Carolina de Jesus usa seus escritos como mecanismos de luta contra o preconceito e a discriminação. Ao subverter os paradigmas linguísticos e socioculturais de uma época, ela rompe o silêncio e se afirma como mulher negra e escritora, mostrando a força de sua literatura, provocando rupturas no modo de ver e de se fazer literatura.

3 Considerações finais

Ao negro nunca foi dado muito espaço dentro do cenário literário brasileiro. Quando se trata de uma mulher negra, esse espaço é ainda mais restrito. Durante muito tempo foi negado aos grupos marginalizados, principalmente às mulheres, o acesso a direitos essenciais, como a escrita. Contudo, nas últimas décadas tem se observado uma mudança significativa em relação ao protagonismo negro dentro da literatura, especialmente no que diz respeito à literatura de autoria feminina negra.

A autora em destaque é uma das muitas mulheres negras que se tornaram reconhecidas através de seus escritos. Apesar do reconhecimento alcançado por Carolina de Jesus, especialmente após o centenário de seu nascimento, comemorado em 2014, ele ainda é pequeno diante da relevância da obra dessa escritora que tirava do lixo não só o sustento, mas a inspiração para escrever.

Carolina de Jesus é uma escritora fora dos padrões, uma mulher, negra, pobre, semianalfabeta e favelada que desafiou a sociedade brasileira machista e preconceituosa com uma escrita transgressora. Desse modo, ela se tornou a voz dos desfavorecidos, uma voz marginal que ecoou no Brasil e no exterior, mostrando a realidade daqueles que vivem nos quartos de despejo das favelas. Através de sua escrita, especialmente em forma de diários, a escritora mostrou ao mundo os sofrimentos e as privações de quem vive na pobreza e carrega nos ombros o peso de ser negro em uma sociedade dominada por uma concepção eurocêntrica de superioridade do homem branco.

No diário aqui analisado, Carolina de Jesus ou Bitita, como gostava de ser chamada quando criança, relata fatos que marcaram sua infância e adolescência. Em meio a esses fatos, os que mais ganham destaque nas páginas de seu diário são a pobreza e o preconceito vivenciados não só por ela, mas por muitos outros negros e pobres que foram excluídos e marginalizados.

Embora a escritora não tenha vivido a escravidão, ela era neta de escravos, o que lhe permitiu conhecer de perto o sofrimento dos negros. Mesmo após a abolição da escravatura, a cor negra e a pobreza sempre foram marcas fortes em sua vida, como é possível observar em *Diário de Bitita* (1986). Com base na análise realizada, entende-se que mesmo sendo criança, Bitita observava a diferença entre negros e brancos e ficava claro que a situação do negro, salvo algumas exceções, era de inferioridade, de miséria e de pobreza. A cor de pele era associada à vagabundagem, à preguiça, à ociosidade. Diante dessas circunstâncias, a assimilação dos valores dos brancos era vista como uma forma de ser aceita e reconhecida por eles.

Carolina de Jesus não concordava com a maneira como eram tratados os negros e os pobres. Dessa forma, com uma linguagem simples e um discurso carregado de suas marcas pessoais, ela usa a sua escrita como um meio de protesto e de resistência, mostrando o outro lado da história, a partir de sua ótica. Uma história de opressão que foi silenciada e ignorada pela historiografia oficial que narra os fatos pelo ponto de vista do dominante.

Em certos momentos, o desprezo, a injustiça, a miséria e o sofrimento faziam-na negar-se enquanto negra, despertando nela o desejo de ter a pele branca, tendo em vista que o poder, a fartura, a beleza e o mundo pertenciam aos brancos. A ideologia eurocêntrica, baseada em uma suposta superioridade do branco, induziu o negro a acreditar nessa afirmação, propagando um ideal de brancura a ponto de o próprio negro negar a sua identidade. Diante dos infortúnios, Bitita sonhava com a igualdade entre as pessoas, com um lugar onde os pobres e os negros também pudessem viver de maneira digna.

Através de *Diário de Bitita* (1986), a autora reproduz a visão que tem do mundo através de suas lembranças e suas experiências, evidenciando assim o outro lado da sociedade, aquele lado que vive às margens, excluído e silenciado. Dessa forma, além de um relato de si, ela escreve também a história de inúmeras Carolinas que não puderam externar suas angústias e sofrimentos.

A negritude, hodiernamente, é uma afirmação da identidade negra. A pele negra, o nariz achatado e o cabelo encaracolado são características que durante muito tempo foram traços fenotípicos confinados e relacionados aos escravizados e aos excluídos. Contudo, essas características paulatinamente ganham outra conotação e passam a ser uma marca positiva para os negros, um símbolo de resistência, de identidade e de autoafirmação dos valores e

da cultura negra. A afirmação da identidade negra torna-se imprescindível, uma vez que possibilita a superação do racismo e a desconstrução de ideário de branquidão imposto pelos europeus.

Diante disso, compreende-se que literatura negra, além de apresentar um discurso marcado pelo forte teor de resistência, permite aos negros contarem a sua própria história, possibilitando às novas gerações rasgarem as mordidas e lutarem pelos seus direitos. Além disso, a cada dia surgem movimentos, estudos e pesquisas ligados ao reconhecimento e à ideia de pertencimento. Esses movimentos, além de reivindicar direitos essenciais para os negros, trazem à baila a história de uma parte importante da composição da sociedade brasileira, que durante muito tempo esteve silenciada.

Referências

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CIXOUS, Hélène. O riso da Medusa. In: BRANDÃO, Izabel *et al.* (org.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 129-155.

CUTI. Quem tem medo da palavra negro. *Revista Matriz*, Porto Alegre, 2010.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFRA, 2008. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523212148>.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Geledés: Instituto da Mulher Negra*, [s. l.], 13 mar. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-relacoes-raciais-no-brasil-uma-breve-discussao/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LOPES, Maria Suely de Oliveira. Literatura afro-brasileira em sala de aula: questões identitárias no conto Incidente na Raiz, de Cuti. In: SOUZA, Élio Ferreira de; FILHO, Feliciano José Bezerra (org.). *Literatura afro-brasileira e africana*. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 47-56.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert M. *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. 2. ed. Sacramento, MG: Editora Bertolucci, 2015.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: Experiência marginal e construção estética*. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2013.tde-13112013-100432>.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.

SÁ, Janaína da Silva; FERNANDEZ, Raffaella Andrea; TOLEDO, Christiane Vieira Soares. “Minha escrita é uma arma” – Diários insubmissos de Carolina Maria de Jesus. In: SILVA, Raimunda Celestina Mendes (org.). *História, Literatura e Linguística: experiências e reflexões*. Rio de Janeiro: Caetés, 2019. p. 49-61.

SANTOS, Miriam Rosa dos. *História de reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento na descoberta de ser negra*. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.47.2014.tde-03102014-113719>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 73-102.

SOUZA, Élio Ferreira de. *Poesia negra: Solano Trindade e Langston Hughes*. Curitiba: Appris, 2017.

Recebido em: 31 de janeiro de 2020.

Aprovado em: 10 de julho de 2020.